

## Enfim, o plano do novo governo

É tão detalhado e preciso o discurso de despedida do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso no Senado que, este sim, merece, mais do que o livrinho de propostas da campanha eleitoral, o título de *Mãos à obra, Brasil*. Pela primeira vez, Fernando Henrique diz com objetividade o que pretende fazer como presidente da República.

Antes, dava apenas linhas de atuação, genéricas como qualquer discurso de candidato, e cautelosas para não atrapalhar a montagem do arco de alianças do futuro governo. Agora, o presidente eleito não tem mais as amarras da campanha eleitoral, em que não podia desagradar a determinadas faixas de eleitores ou corporações, nem a dos partidos que o apóiam e marcharão com ele. O governo, agora, é ele, e a vontade dele.

O livrinho da campanha eleitoral não dizia, por exemplo, que Fernando Henrique quer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço. No máximo registrava que esse critério de aposentadoria, em vez de amparar os mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo, na verdade tem beneficiado os segmentos de mais alta renda, com vida profissional estável.

O discurso é, por enquanto, a principal peça do governo Fernando Henrique. Foi dirigido especificamente ao Congresso e aos políticos, como o discurso da posse, em 1º de janeiro, será endereçado ao povo em geral e à comunidade internacional.

Define, de saída, o respeito que o novo presidente tem pelo Congresso, pelos partidos e pelos políticos. É com eles que terá que trabalhar. "Não há democracia forte sem Parlamento forte", disse. A idéia de que a transição lenta, segura e gradual iniciada por Geisel está acabando precisamente agora é discutível. Ela acabou também em outras ocasiões — na Constituinte e na primeira eleição direta para presidente, em 1989, por exemplo.

Na verdade, antes do fim de uma transição, a de natureza política e institucional, o que Fernando Henrique simboliza é o início de uma outra — a transição das reformas econômicas. A agenda das reformas foi

explicada quase didaticamente, como um professor fala a alunos de primeira série. Em primeiro lugar, as obsessões do novo governo serão a continuidade e o aprofundamento do processo de estabilização da economia.

Lembrou Fernando Henrique como aos poucos o plano de estabilização da economia que começou a executar como ministro da Fazenda foi desmascarando equívocos. Citou três: o de que o Plano Real seria recessivo; o de que provocaria arrocho salarial; e o de que a abertura das importações provocaria quebraadeira da indústria nacional.

Para prosseguir com o plano, o novo governo terá um leque amplo de bandeiras a empunhar e de planos a executar — vão da determinação de não abrir mão do equilíbrio fiscal e orçamentário à mais ampla abertura à economia internacional, estendendo-a, inclusive, aos setores financeiros e de serviços. O programa de privatização será ampliado muito além do que se poderia esperar de um socialdemocrata. Neste ponto, Fernando Henrique pareceu estar muito mais perto do PFL do que do PSDB.

O presidente eleito deu o primeiro sinal de como pretende conduzir junto com o Congresso o processo de reforma da Constituição. Sugeriu que se começasse pelo que o professor Edmar Bacha certa vez batizou de desconstitucionalização, ou seja, a retirada da Constituição do que pode ser tratado em lei comum.

Quer quebrar o chamado engessamento dos gastos federais — as despesas vinculadas, ou programadas pela Constituição. Não pretende alterar a relação tributária existente hoje entre a União, os estados e os municípios, mas gostaria de redistribuir as tarefas, as responsabilidades. No capítulo da Ordem Econômica da Constituição, quer acabar com qualquer restrição ao capital estrangeiro e abrir condições para o desenvolvimento tecnológico do país.

São tantas as ambições do novo presidente e tão favoráveis as condições do início do seu governo que o maior risco que existe, como ele mesmo disse, é o do sucesso.